



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 10166.721838/2009-48
Recurso nº 999.999 Voluntário
Acórdão nº 2301-004.147 – 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 11 de setembro de 2014
Matéria Auto de Infração – CFL 91
Recorrente DUILIO PEREIRA MARCOZZI ME
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Período de apuração: 01/01/2005 a 31/12/2007

RECURSO. NÃO CONHECIMENTO. INTEMPESTIVIDADE.

Inadmissível o processamento de recurso que não atende o requisito da tempestividade.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, I) Por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Sustentação oral: Pedro Henrique Braz Siqueira. OAB: 37.996/DF

Marcelo Oliveira - Presidente.

Adriano Gonzales Silvério - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Marcelo Oliveira (Presidente), Wilson Antonio de Souza Correa, Mauro José Silva, Daniel Mendes Melo Bezerra e Adriano Gonzales Silvério.

Relatório

Trata-se de Auto de Infração por descumprimento de obrigação acessória - AIOA nº: 37.213.404-1, lavrado pela fiscalização da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Brasília-DF, contra a empresa em epígrafe, em razão de a mesma ter infringido o dispositivo previsto na Lei nº 8.212, de 24/07/1991, art. 32, inc. IV, acrescido pela Lei nº 9.528, de 10/12/1997, combinado com o art. 225, IV e §4º do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/1999.

De acordo com o Relatório Fiscal de fls. 06/19, a empresa em epígrafe apresentou as Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, nas competências de julho e agosto/2006 e julho/2007, em desconformidade com o respectivo Manual de Orientação.

O sujeito passivo apresentou impugnação sustentando, em apertada síntese o seguinte: i) nulidade do auto de infração; ii) que a empresa é optante do Simples; iii) que não apresentou contrato social por ser empresário individual; iv) que não incide contribuição previdenciária sobre alimentação e transporte; e v) que a multa aplicada é confiscatória.

A DRJ julgou improcedente a impugnação, mantendo o Auto de Infração tal como lançado.

Inconformado o sujeito passivo interpôs recurso voluntário repisando os argumentos.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Adriano Gonzales Silvério

O recurso não reúne uma das condições de admissibilidade, qual seja, a tempestividade e, portanto, dele não conheço.

Isto porque, conforme se extrai dos autos o contribuinte foi intimado da decisão da DRJ em 20 de julho de 2010 (AR de fl. 612). Contando-se o prazo, nos termos dos artigos 5º e 33 do Decreto nº 70.235/72¹, verifica-se que o *dies a quo* se deu em 19 de agosto de 2010.

Ocorre que o recurso somente foi protocolado na repartição competente em 24 de agosto de 2010, conforme fl. 614 dos autos, ou seja, no 35º quinto dia após o início do prazo recursal, em dissonância, portanto, com o já mencionado artigo 33 do Decreto nº 70.235/72.

¹ Art. 5º Os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Art. 33. Da decisão caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, dentro dos trinta dias seguintes à ciência da decisão.

Processo nº 10166.721838/2009-48
Acórdão n.º **2301-004.147**

S2-C3T1
Fl. 632

Diante dessas considerações, voto no sentido de **NÃO CONHECER** o recurso voluntário.

Adriano Gonzales Silvério - Relator